EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E INTERCULTURALIDADE CRÍTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Hugo de Souza Lima de Oliveira
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0007-1671-9289
Endereço eletrônico: hugolimaa43@gmail.com

José Valdir Jesus de Santana
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, Bahia, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7215-2562
Endereço eletrônico: jsantana@uesb.edu.br

Palavras-chave: Educação antirracista. Interculturalidade crítica. Ensino fundamental.

INTRODUÇÃO

A educação antirracista, nos anos iniciais do ensino fundamental, emerge como uma estratégia indispensável para a desconstrução do modelo hegemônico e eurocêntrico que marca o ambiente escolar brasileiro. O presente trabalho constitui um recorte da dissertação de Mestrado em Ensino (PPGEN/UESB), defendida em 2025, que investigou as "Práticas Pedagógicas e Educação Antirracista nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em Barro Preto/BA". O objetivo geral da pesquisa foi analisar as concepções sobre educação e práticas pedagógicas antirracistas de professores/as, coordenadores/as pedagógicos/as e gestores/as de duas escolas públicas dos anos iniciais do ensino fundamental.

Segundo Cavalleiro (2001), a educação antirracista deve ir além do reconhecimento teórico, abrangendo ações práticas e estratégias que possibilitem uma convivência harmônica e respeitosa entre todos os membros da comunidade escolar, valorizando a diversidade racial e cultural. Nesse sentido, a interculturalidade crítica, proposta por Walsh (2009), é fundamental para confrontar as desigualdades de poder historicamente naturalizadas, rompendo com a colonização epistêmica presente nos currículos e nas relações sociais escolares. Além disso, documentos normativos, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das

Relações Étnico-Raciais (Brasil, 2004) e políticas educacionais como a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Brasil, 2024), reforçam a urgência da educação antirracista como um compromisso político coletivo e estrutural para combater o racismo e a discriminação. É nesse contexto que se insere o presente estudo, objetivando realizar uma discussão teórica acerca da articulação entre a educação antirracista e a interculturalidade crítica nos anos iniciais do ensino fundamental.

METODOLOGIA

O presente estudo adotou uma abordagem de natureza qualitativa, do tipo bibliográfica. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, operando a partir do emprego e da análise de um dado campo teórico (Gil, 2017). O levantamento e a análise foram ancorados nas produções normativas nacionais e em referenciais epistemológicos decoloniais e interculturais que discutem as relações étnico-raciais no cenário educacional brasileiro.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise bibliográfica evidencia que a organização do modelo educacional hegemônico e eurocêntrico atua de forma contundente na manutenção das colonialidades do ser e do saber (Oliveira, 2020). Frente a essa realidade, a articulação teórica entre a educação antirracista e a interculturalidade crítica emerge não apenas como uma alternativa pedagógica, mas como um projeto decolonial urgente e necessário para os anos iniciais do ensino fundamental (Candau, 2025), posto que essa primeira etapa da educação básica é compreendida como o espaço primordial para iniciar a desconstrução de mentalidades moldadas pelas colonialidades, exigindo uma ruptura epistemológica e cultural que convoque as instituições escolares a superar a mera inserção de projetos temáticos ou ações isoladas no calendário letivo.

Nesse horizonte conceitual, as contribuições de Cavalleiro (2001, 2005) ganham relevo ao proporem que a materialização de práticas pedagógicas antirracistas exige transformações estruturais que perpassam desde a revisão curricular, a escolha dos livros didáticos até a reformulação dos Projetos Político-Pedagógicos. Todavia, a literatura demonstra que a ausência de uma reflexão sistemática sobre as relações raciais no

planejamento escolar tem historicamente impedido a promoção de relações interpessoais respeitosas, evidenciando que a sensibilidade docente isolada é insuficiente sem o devido suporte institucional para promoção de formação continuada e fornecimento de materiais didáticos e paradidáticos específicos.

Essa necessidade de superação do silenciamento é aprofundada por Gomes (2001, 2017), ao problematizar o mito da democracia racial e os discursos negacionistas no Brasil. O discurso normativo da igualdade universal na escola, pautado na máxima de que "todos são iguais", frequentemente opera como uma estratégia sutil para camuflar conflitos e evitar o desconforto que o enfrentamento direto das diferenças raciais provoca. Entender o racismo como uma questão pedagógica, conforme postula a autora, exige promover um movimento coletivo e organizado de professores/as, coordenadores/as e gestores/as, que altere profundamente os valores, os ritmos e a própria estrutura física e temporal das escolas.

Para romper com essa engrenagem colonial, a interculturalidade crítica, fundamentada nas proposições de Walsh (2009), apresenta-se como uma aliada teórica indispensável. Diferente de perspectivas multiculturais assimilacionistas, a vertente crítica assume a escola como um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades políticas, econômicas, sociais e raciais não são ocultadas, mas explicitamente confrontadas. Ao questionar radicalmente o eurocentrismo e afirmar a pluralidade epistêmica de grupos historicamente subalternizados (Candau, 2020, 2025), a interculturalidade crítica oferece subsídios para que a prática pedagógica valide saberes e memórias que foram intencionalmente marginalizadas pelas estruturas e dimensões das colonialidades.

A relevância teórica deste estudo reside, portanto, na capacidade de demonstrar que o combate ao racismo estrutural nos anos iniciais da educação básica demanda uma ação didática capaz de mobilizar simultaneamente as dimensões cognitiva e emocional dos sujeitos. Conforme discute Oliveira (2020), no trato com as dores e os sentimentos gerados pelo racismo, os educadores também se colocam na posição de aprendizes, sendo desafiados a "desaprender para reaprender" cotidianamente. Cruzar esses referenciais permite compreender que pensar na implementação da Lei nº. 10.639/2003 não significa apenas preencher conteúdos programáticos, mas questionar o sofrimento identitário e construir práticas pedagógicas voltadas ao fortalecimento positivo de alunos negros/as. As estratégias propostas por Gomes (2005) incluem a criação de redes de trocas de experiências entre docentes,

parcerias extensionistas com universidades e a aproximação com as lutas históricas do Movimento Negro, como caminhos sólidos para que o fazer pedagógico ganhe intencionalidade e se converta em uma efetiva práxis decolonial e de resistência coletiva no chão da escola.

CONCLUSÕES

Com base nos objetivos propostos e nos resultados obtidos na discussão teórica, conclui-se que a consolidação de uma educação antirracista e intercultural crítica nos anos iniciais do ensino fundamental exige uma ruptura epistemológica profunda, capaz de desestabilizar o modelo eurocêntrico e as amarras das colonialidades do ser e do saber. A revisão da literatura evidencia que o avanço na efetivação da Lei nº. 10.639/2003 passa pelo rompimento do pacto do silêncio e do discurso camuflado da igualdade universal, assumindo o racismo como uma questão pedagógica estrutural que demanda intencionalidade política e planejamento coletivo.

Assim, a consolidação de uma educação antirracista exige a mobilização integrada de professores/as, coordenadores/as pedagógicos/as, gestores/as e comunidade escolar, com suporte didático-pedagógico e formação continuada, para que possam enfrentar as dinâmicas do racismo estrutural e promover o reconhecimento positivo da diversidade racial. Somente desse modo será possível avançar na construção de uma escola verdadeiramente democrática, inclusiva e comprometida com a equidade racial.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.** Brasília: MEC, 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria n.º 470, de 14 de maio de 2024: institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ).** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 14 maio 2024. Publicado em edição extra B, p. 1. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-470-de-14-de-maio-de-2024-559544343 Acesso em: 04 jun. 2026.

CANDAU, Vera Maria (Org). **Pedagogias Decoloniais e Interculturalidade:** Insurgências. 1. ed. Rio de Janeiro: APOENA, 2020. v. 1. p. 265

CANDAU, Vera Maria. Didática Crítica Intercultural e Decolonial: uma perspectiva em construção. In: SACAVINO, Suzana Beatriz; CANDAU, Vera Maria. (org.) **Interculturalidade, decolonialidade e direitos humanos:** desafios para a educação. Rio de Janeiro: Novamerica, 2025. p. 27-38.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. *In:* CAVALLEIRO, Eliane (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 141-160.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6. ed.; 7ª reimpressão; São Paulo: Contexto, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. *In:* CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (org.). **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001, p. 83-96.

GOMES, Nilma Lino**.** Educacão e relacões raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. *In*: MUNANGA, Kagengele (Org). **Superando o Racismo na escola**. 2ª ed. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 143-154.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis/RJ: Editora Vozes; 2017.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Opção decolonial e antirracismo na educação em tempos neofascistas. **Revista da ABPN**, v. 12, n. 32, p. 11-29, 2020. DOI 10.31418/2177-2770.2020.v12.n.32.p11-29

WALSH, Catherine**.** Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. *In:* CANDAU, Vera Maria (Org.). **Educação intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro, v. 7, 2009. p. 12-43